



Assinado digitalmente por MARIA FERNANDA DE FARIA KINDLE (CPF: 03793229602) em 08/07/2024 10:12



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG

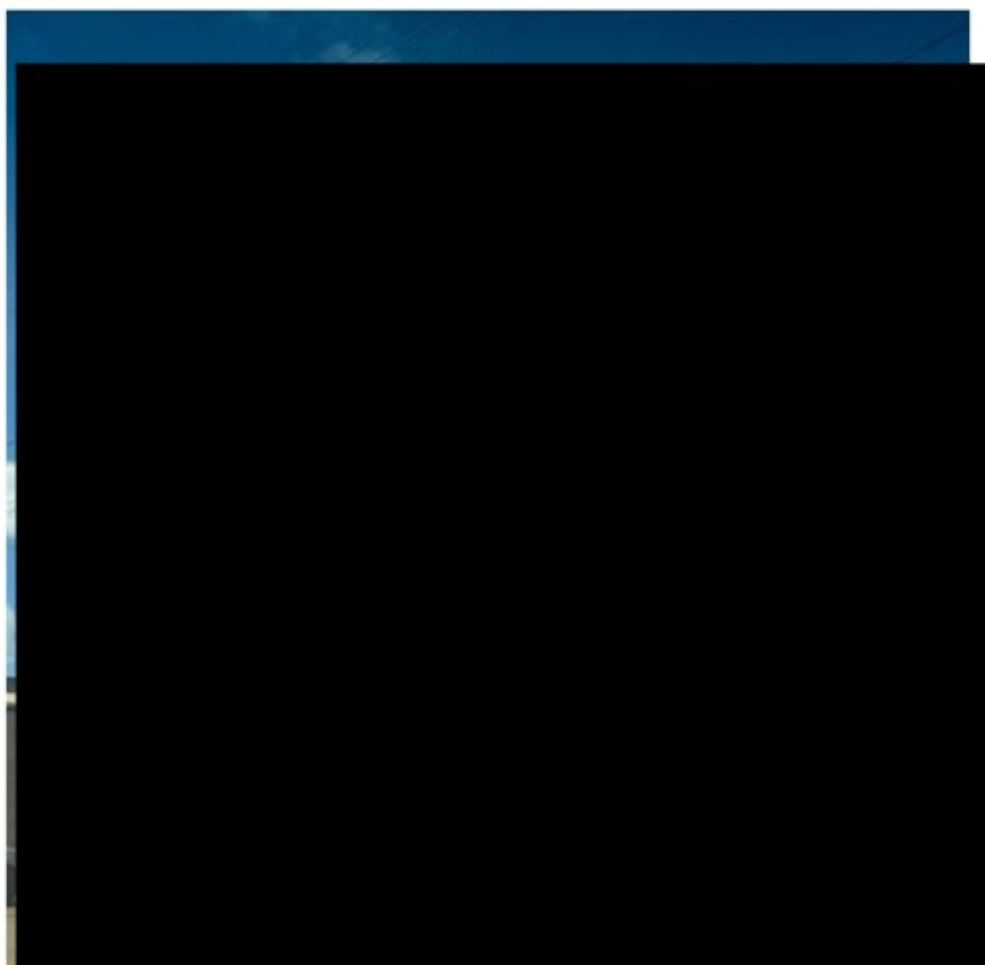


RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

SEM CARACTERIZAÇÃO DE TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO
SEM CARACTERIZAÇÃO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO



Período de fiscalização: dia 17/06/2024



LOCAL: Entre Rios de Minas/MG

ATIVIDADE: Residência familiar



SUMÁRIO

A) RELAÇÃO DE ANEXOS	3
B) EQUIPE	3
C) IDENTIFICAÇÃO DO DESTINATÁRIO DA AÇÃO FISCAL	4
D) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO	4
E) RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO (ART. 45 IN MTP Nº 02/2021)	5
F) DO APURADO PELA FISCALIZAÇÃO	15
G) CONCLUSÃO	17

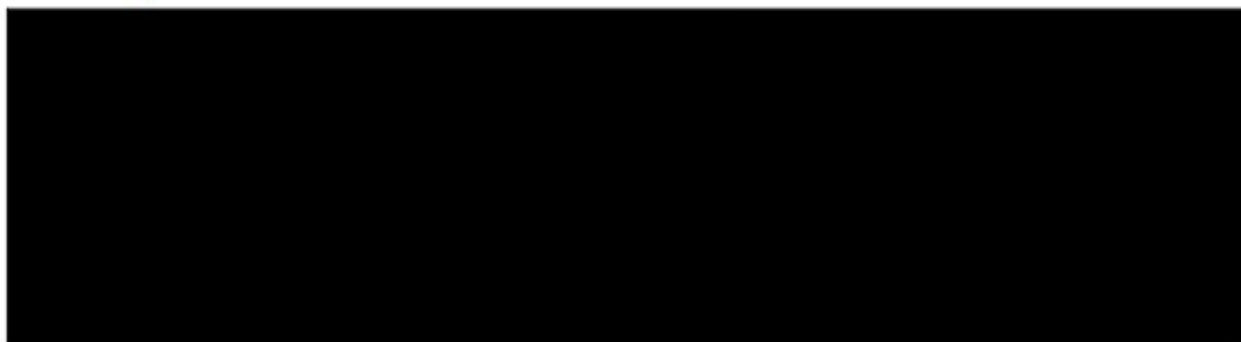


A) RELAÇÃO DE ANEXOS

- **ANEXO 1:** Termo de depoimento;
- **ANEXO 2:** Termo de autorização de entrada;
- **ANEXO 3:** Certidão de Curatela;
- **ANEXO 4:** Documentos de Identidade.

B) EQUIPE

INSPEÇÃO DO TRABALHO:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO:



POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS:





C) IDENTIFICAÇÃO DO DESTINATÁRIO DA AÇÃO FISCAL



D) DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	00
Registrados durante ação fiscal	00
Resgatados – total	00
Mulheres registradas durante a ação fiscal	00
Mulheres resgatadas	00
Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros	00
Trabalhadores estrangeiros registrados na ação fiscal	00
Trabalhadores estrangeiros resgatados	00
Trabalhadores estrangeiros – mulheres resgatadas	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores estrangeiros – Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias de seguro desemprego do trabalhador resgatado	00
Valor bruto das rescisões	R\$ 0,00
Valor líquido recebido das verbas rescisórias	R\$ 0,00
FGTS mensal recolhido no curso da ação fiscal	R\$ 0,00
FGTS notificado	R\$ 0,00
Nº de autos de infração lavrados	00
Número de notificações de débito de FGTS lavradas	00
Termos de apreensão de documentos	00
Termos de devolução de documentos	00
Termos de interdição lavrados	00
Termos de suspensão de interdição	00
Prisões efetuadas	00



E) RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO (ART. 45 IN MTP Nº 02/2021)

Trata-se de ação fiscal em operação conjunta realizada pela Força-Tarefa referenciada no campo "Equipe", organizada a fim de cumprimento da Ordem de Serviço nº 11514490-0, emitida com o objetivo de verificar a situação de filho e mãe, que seriam empregados de [REDACTED] (doravante identificado apenas como sr. [REDACTED]) e que poderiam estar submetidos à situação análoga à escravidão.

A ação fiscal foi realizada por equipe composta por quatro Auditores-Fiscais do Trabalho, que subscrevem o presente relatório, um procurador do Ministério Público do Trabalho, com o apoio da Polícia Militar de Minas Gerais, com dois policiais militares da polícia ambiental.

Na manhã do dia 17 de junho de 2024 a equipe se deslocou até a zona rural do município de Entre Rios de Minas/MG, em estrada rural com acesso às margens da rodovia MG 270, nas coordenadas 20°42'31.7"S 44°13'02.3"W, à procura da propriedade rural denominada Sítio Santa Rita, apontada como endereço do sr. [REDACTED]



Network time is not synchronized
-20°42'31,676"S -44°13'2,295"W



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG



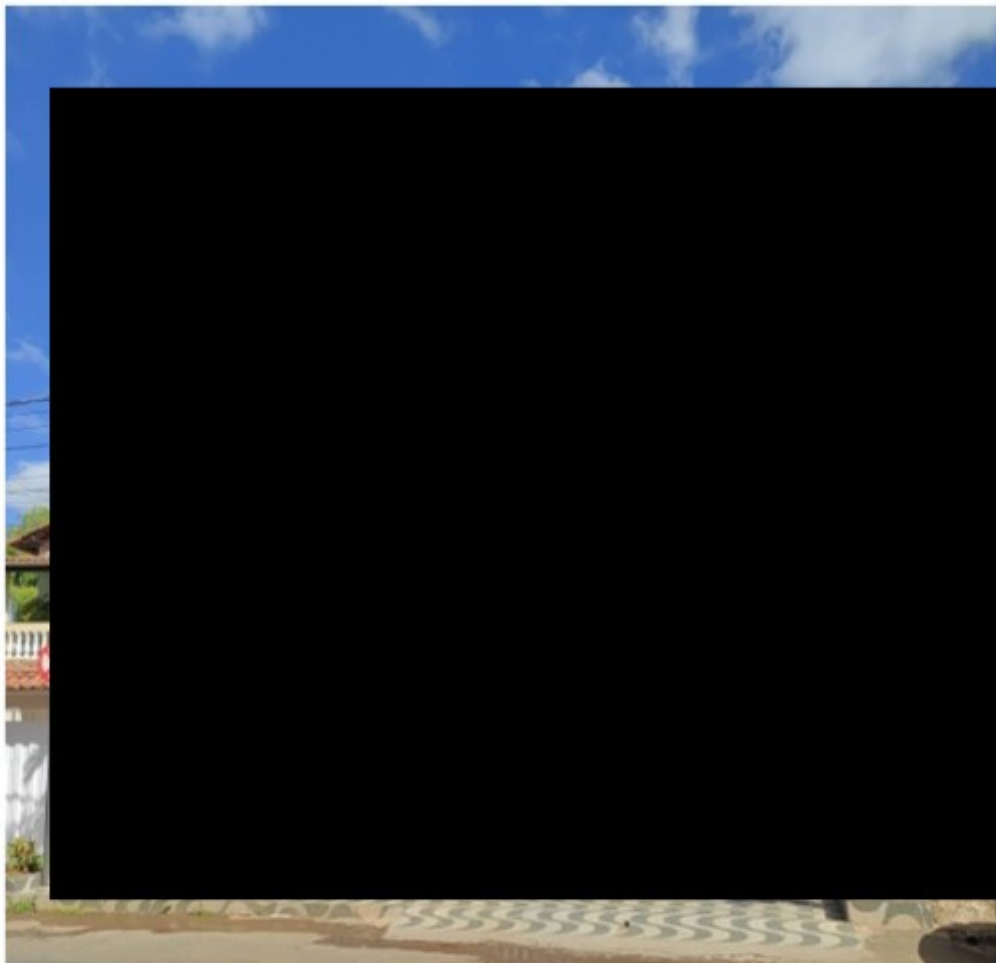
A equipe se colocou em frente ao portão da propriedade e foi recebida pela sra. [REDACTED] que gentilmente franquearam o acesso a toda a equipe.



[REDACTED]

Na ocasião, sra. [REDACTED] seu esposo informaram que residiam no local há cerca de três meses, e que haviam adquirido a propriedade. Apresentaram Contrato de Compra e Venda do imóvel rural, onde figura o sr. [REDACTED] como negociador representante.

Ato contínuo, a equipe se deslocou até o endereço constante do documento apresentado, qual seja [REDACTED] na mesma cidade. De pronto, ao abordaram uma senhora que saía da residência situada no número [REDACTED] foram informados que o endereço atual do sr. [REDACTED]

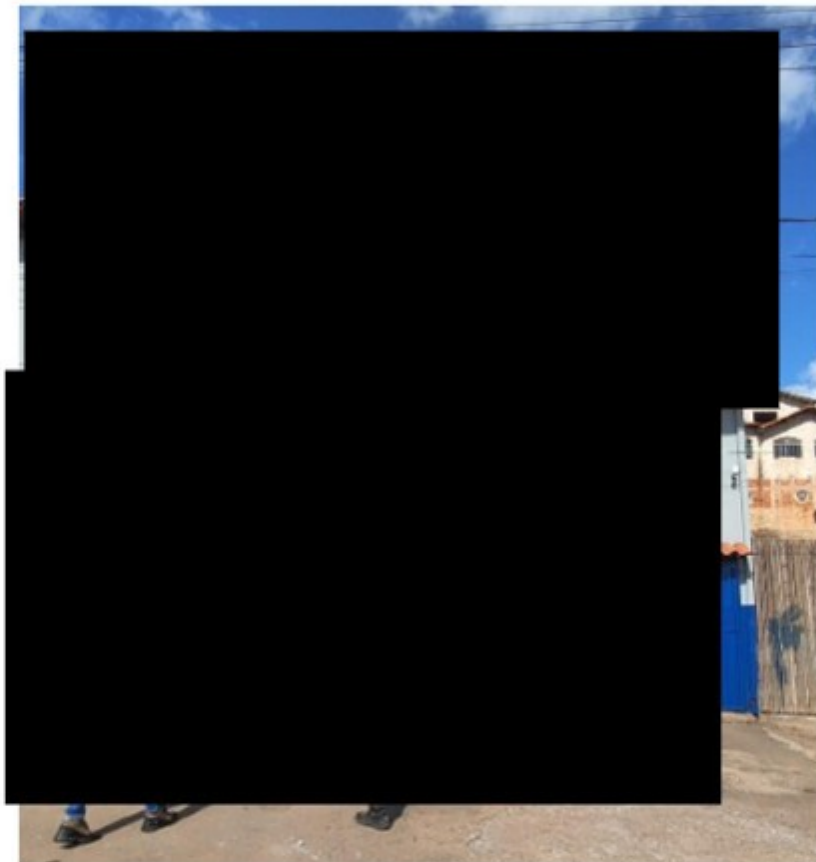


A equipe se deslocou imediatamente até o local indicado, com a intenção de se preservar o sigilo da ação e a manutenção do elemento surpresa, para que a realidade encontrada não pudesse ser alterada antes da chegada da fiscalização.

Finalmente, na parte final da manhã do dia 17/06/2024, a residência do sr. [REDAÇÃO] foi localizada no endereço indicado. Trata-se de um imóvel situado no andar superior, com acesso independente, de uma oficina mecânica, de propriedade de um dos seus filhos, sr. [REDAÇÃO]. Os Auditores-Fiscais do Trabalho de identificaram na oficina mecânica e o sr. [REDAÇÃO] os levou até onde estava o sr. [REDAÇÃO] trabalhando em uma obra nas proximidades.

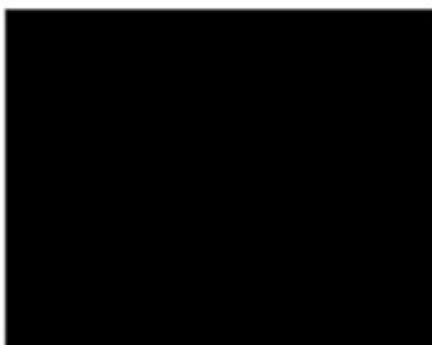


MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG



Chegada da equipe de fiscalização à residência

Naquele momento, ainda do lado de fora do imóvel, os integrantes da equipe novamente se identificaram, apresentaram carteiras de identidade funcionais e crachás institucionais e explicaram os motivos da fiscalização. Por se tratar de residência, antes de ingressar no imóvel, a equipe de fiscalização solicitou autorização para a entrada. O sr. [REDACTED] autorizou o acesso de todos os servidores públicos, de forma imediata e desembaraçada.



QRCode de acesso ao vídeo de identificação da equipe e solicitação formal de acesso à residência



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG



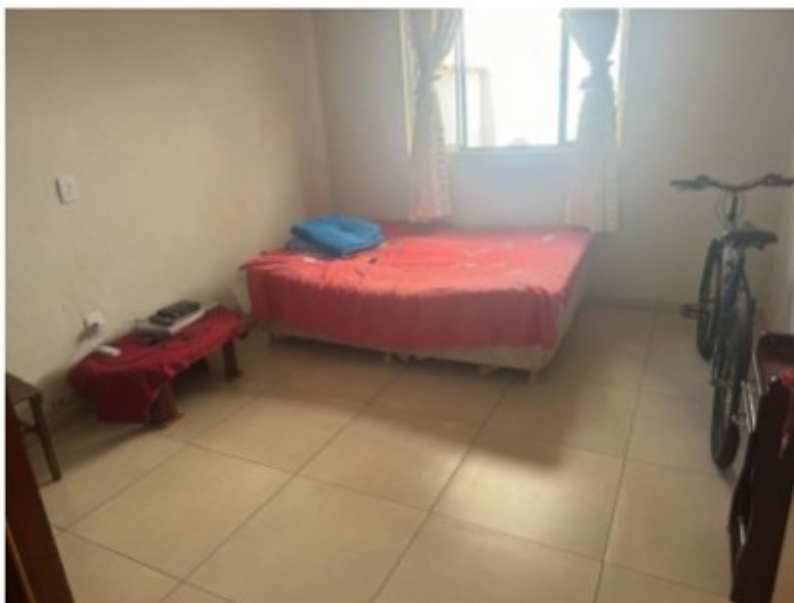
Em que pese tenha autorizado verbalmente, a equipe de fiscalização solicitou a autorização por escrito materializada em um Termo de Autorização de Entrada em Residência, que foi assinado pelo sr. [REDACTED] e pelos Policiais Militares que acompanham a ação fiscal, na qualidade de testemunhas (doc.anexo).

Como dito, a residência em questão fica no segundo pavimento e é composta por dois apartamentos espelhados, com uma área comum que liga as duas casas.

Um dos apartamentos é a residência do sr. [REDACTED] e de sua esposa sra. [REDACTED] juntamente com seus outros dois filhos menores de idade. Verificamos que as supostas vítimas, sr. [REDACTED] e sua mãe, sra. [REDACTED] – que serão daqui por diante identificados apenas como sr. [REDACTED] respectivamente – residem no outro apartamento, com as mesmas características.

Trata-se de casa independente, com área externa compartilhada com a casa do sr. [REDACTED]. Edificação com 3 quartos, sendo um deles suíte, um banheiro social e cozinha ampla, com mesa de refeição, conjugada com uma área de serviço. O sr. [REDACTED] dorme em um quarto, contendo uma cama e sua mãe, sra. [REDACTED] dorme em outro quarto, também mobiliado.

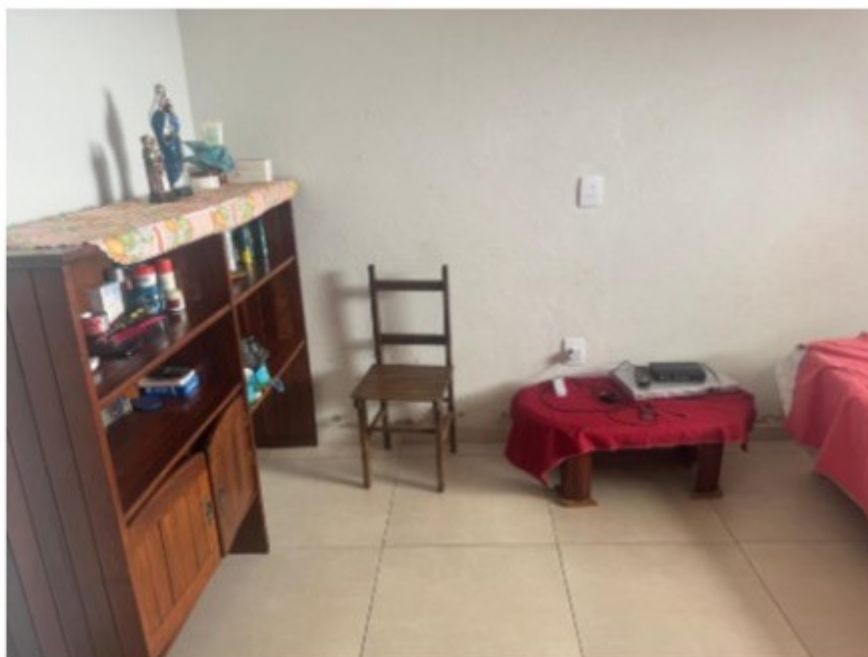
A residência estava equipada com armários, uma televisão, geladeira, fogão e lavadora de roupas. De modo geral a casa estava limpa e organizada, com mantimentos e alimentos já preparados na geladeira.



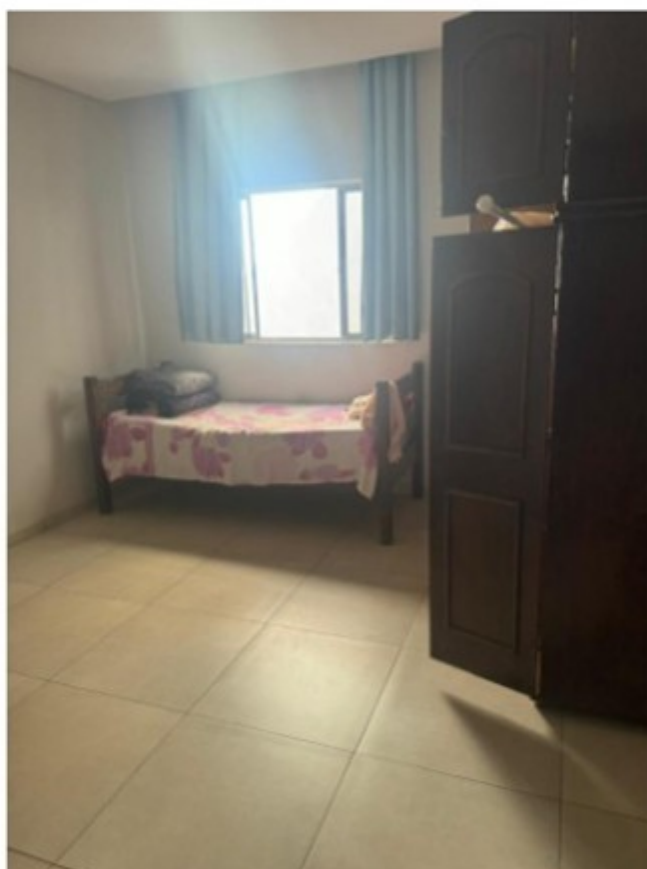
Quarto mobiliado



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG



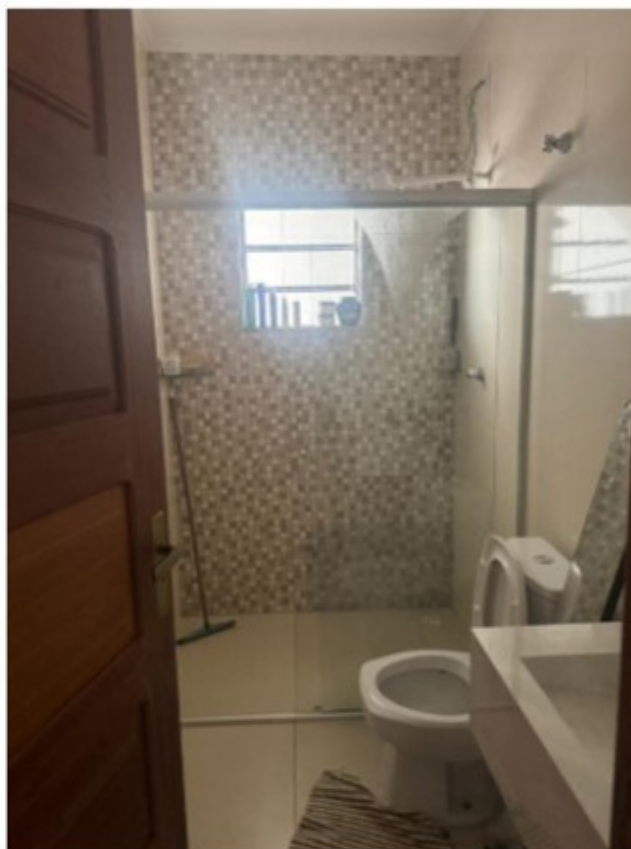
Quarto mobiliado



Quarto mobiliado



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG



Banheiro limpo e organizado



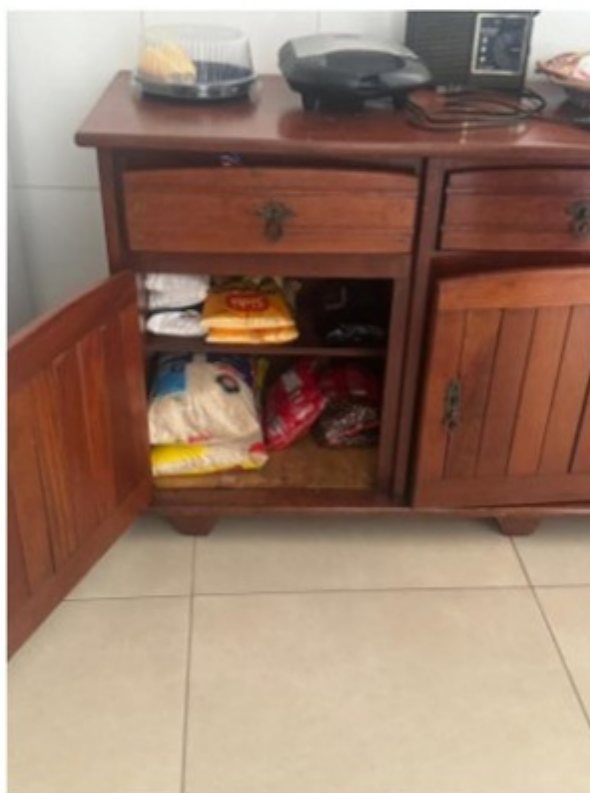
Cozinha equipada com fogão, geladeira



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG



Cozinha e área de serviço com máquina de lavar roupas



Armário com mantimentos, sanduicheira, rádio



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG



Geladeira com alimentos diversos



Detalhe de panela com carnes na geladeira



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG



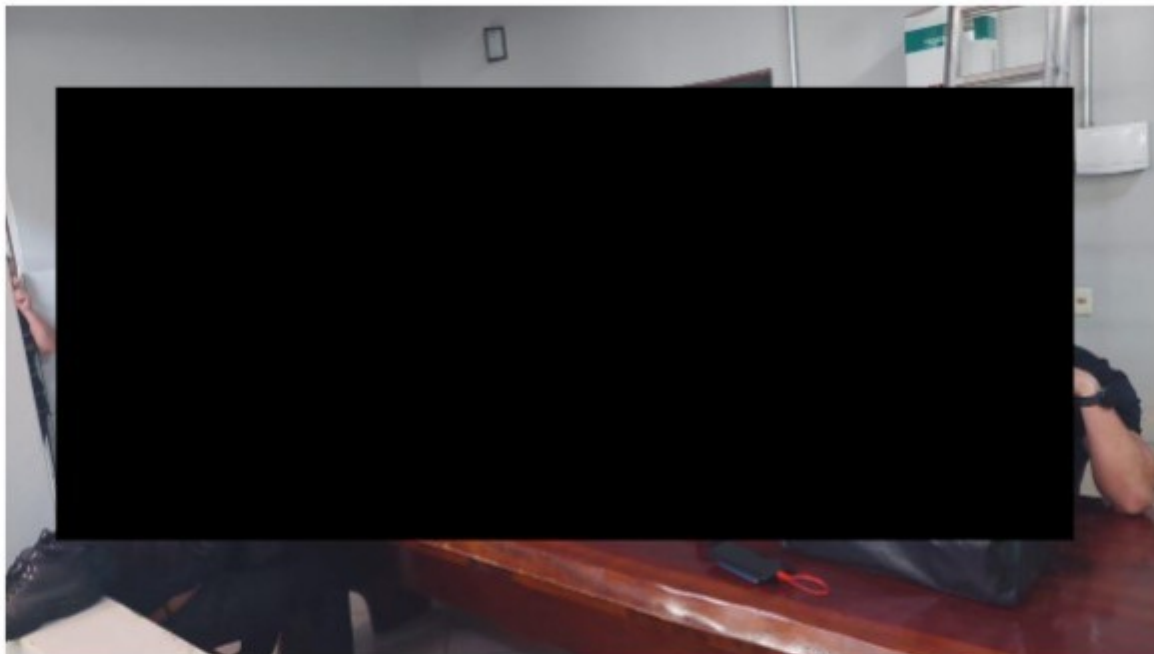
O sr. [REDACTED] estava dormindo no momento da visita da equipe e foi acordado pela sra. [REDACTED]. Apresentou-se tranquilo aos servidores públicos e conversou calmamente com todos os presentes. Notou-se de pronto que se tratava de homem adulto, saudável, mas com uma pequena dificuldade de raciocínio e trato social. Tratou e foi tratado com afeto e cordialidade pelo casa [REDACTED].

Durante a inspeção domiciliar restou claro para a equipe de fiscalização, pelas declarações e conjunto probatório colhidos, em especial pela própria dinâmica da casa, presenciada na ação fiscal, que não há prestação de serviços por parte de [REDACTED]. Destaca-se que quando a equipe de fiscalização chegou à residência da família, por volta de 12:51 minutos [REDACTED] estava em seu quarto dormindo e sra. [REDACTED] havia saído para passear.

Sr. [REDACTED] prestou esclarecimentos separada e informalmente à equipe de fiscalização. Disse que vive com a família do sr. [REDACTED] desde os 20 anos de idade, ou seja, há aproximadamente 21 anos. Informou que foi acolhido como um filho pelo casal e que antes de morar com eles vivia de casa em casa de conhecidos, já que fora abandonado por sua mãe. Declarou que nunca trabalhou para sr. [REDACTED] e que a única coisa que faz de vez em quando é molhar a horta que a família cultiva para consumo próprio. Contou que sua mãe também não trabalha, que vive às expensas do benefício previdenciário que o próprio sr. [REDACTED] recebe e que é administrado pelo sr. [REDACTED]. Esclareceu que o pagamento das contas da casa onde reside com a mãe (água e luz), bem como a aquisição de alimentos, roupas e sapatos necessários a eles é realizado com os valores desse benefício. Contou que sr. [REDACTED] lhe dá parte do dinheiro para que possa utilizar com suas necessidades pessoais. Em vários momentos, sr. [REDACTED] reforçou que sua mãe não possui capacidade cognitiva para trabalhar e que vive às custas do benefício do filho e da solidariedade da família do sr. [REDACTED]. Tem ciência de sua leve deficiência e disse que sempre foi bem tratado pela família do casal. Informou que sua mãe, assim como ele, possui uma leve deficiência intelectual, e que ela também foi acolhida pelo casal para que ele não perdesse o vínculo com sua genitora.

Tais informações coincidiram com aquelas apuradas com o casal sr. [REDACTED] [REDACTED].

Durante a inspeção na residência, sr. [REDACTED] apresentou em seguida documentos judiciais de curatela em relação ao sr. [REDACTED] e reafirmou que seu compromisso de cuidado com o sr. [REDACTED]. Foi colhido seu depoimento, reduzindo-se a termo as informações prestadas para a equipe de fiscalização durante toda a visita.



Tomada de depoimento

F) DO APURADO PELA FISCALIZAÇÃO

Durante a inspeção domiciliar restou claro para a equipe de fiscalização, pelas declarações e conjunto probatório colhidos, em especial pela própria dinâmica da casa, presenciada na ação fiscal, que não há prestação de serviços por parte de sr. [REDACTED] da sra. [REDACTED] família de sr. [REDACTED]. Destaca-se que quando a equipe de fiscalização chegou à residência da família, por volta de 12:51 minutos, sr. [REDACTED] estava em seu quarto dormindo e sra. [REDACTED] havia saído para passear.

Importante ressaltar que sr. [REDACTED] não tem capacidade laborativa plena, ante sua deficiência cognitiva, carecendo de cuidados com sua saúde. Conforme laudo médico assinado por [REDACTED] anexado ao Termo de Curatela que foi apresentado pelo sr. [REDACTED] fiscalização trabalhista, sr. [REDACTED] é portador de Oligofrenia moderada, sendo esta patologia permanente, o que compromete sua capacidade cognitiva.

Quanto às acomodações do imóvel em que sra. [REDACTED] residem, é importante destacar que as dependências apresentam as mesmas características estruturais de conforto, ventilação e condição de uso que os cômodos da casa da família do sr. [REDACTED]. No curso da inspeção, observou-se que o imóvel destinado aos dois estava mobiliado e apresentava bom aspecto de organização e limpeza, bem como a despensa e a geladeira estavam providas de alimentos.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG



Em relação ao benefício previdenciário, restou indubitado que o sr. [REDACTED] é quem administra os valores auferidos por sr. [REDACTED] já que ele não possui condições de gerir a quantia de forma autônoma e responsável. Esclareça-se que o saque dos valores é realizado por sr. [REDACTED] que ele paga as despesas de sr. [REDACTED] e sua mãe, repassa parte da quantia a sr. [REDACTED], quando sobra, guarda o restante do dinheiro.

Após a oitiva dos envolvidos, a Inspeção do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho concluíram pela não caracterização de relação de emprego. Não foram encontrados indícios de prestação de serviços de sra. [REDACTED] para a família de sr. [REDACTED]

No momento da inspeção e pelo apurado, quem realiza os afazeres domésticos da casa de sr. [REDACTED] e sua família era a sua esposa, sra. [REDACTED] e não houve declaração em sentido contrário por nenhum dos entrevistados na inspeção.

O sr. [REDACTED] sua esposa acabaram por acolher também a mãe de sr. [REDACTED], mas não se constatou nenhuma prestação de serviços de ambos. As poucas tarefas executadas por eles são de cuidado com a própria casa e serviços domésticos compartilhados.

Por derradeiro, importante citar que, diante da identificação de pessoas em situação de vulnerabilidade, foram realizados os devidos encaminhamentos à Assistência Social municipal para as providências que julgarem necessárias.

A Inspeção do Trabalho, ao final da ação fiscal, oficiou a Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Entre Rios de Minas sugerindo o acompanhamento por equipe especializada para a sra. [REDACTED] pessoa com deficiência, nascida aos 08/08/1959, portadora do CPF [REDACTED] [REDACTED] pessoa com deficiência, nascido aos 15/04/1983, natural de Entre Rios de Minas/MG, portador do CPF [REDACTED], dada as condições de vulnerabilidade biopsicossocial de ambos, de modo a viabilizar tratamentos de saúde e possível amparo na ausência da família.

Entende-se, ao concluir a ação fiscal, que, muito embora atualmente vivendo em condições dignas junto aos membros da família do sr. [REDACTED] as iniciativas de competência da equipe da Secretaria de Desenvolvimento Social serão importantes para a garantia do bem-estar da senhora [REDACTED]



G) CONCLUSÃO

Por todo o exposto e tendo em vista o artigo 45, da Instrução Normativa/MTP nº 02/2021, a Inspeção do Trabalho concluiu pela inexistência de vínculo empregatício de mãe e filho com o sr. [REDACTED] sendo este curador, por determinação judicial, de [REDACTED] Não foram colhidos elementos que apontassem a existência de prestação de serviços e, portanto, a ação fiscal é encerrada por este relatório.

Não há que se falar em lavratura de Auto de Infrações.

Propõe-se o encaminhamento de cópia do relatório ao Ministério Público do Trabalho e ao CGTRAE/SIT, em Brasília.

Conselheiro Lafaiete/MG, 05 de julho de 2024.

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]